

Região projeta atualização de seus planos de drenagem

Região projeta atualização de seus planos de drenagem

Estado reforça importância da elaboração e revisão do documento; só Ribeirão não possui instrumento no Grande ABC

THAINÁ LANA
thainalanas@dgabc.com.br

Neste ano, as cidades do Grande ABC devem iniciar a atualização de seus planos municipais de drenagem, documentos que buscam orientar as principais ações voltadas à redução de riscos hidrológicos, como enchentes e alagamentos. Na região, seis cidades contam com o instrumento, com exceção de Ribeirão Pires, que informou que está em processo de estudos para fazer a implementação. A importância dessa medida de planejamento urbano voltou à tona na segunda-feira (3), quando o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) reuniu 53 prefeitos, incluindo cinco da região, para discutir o impacto das chuvas no Estado.

O governo anunciou apoio aos municípios paulistas para criação ou atualização de planos de drenagem, com a promessa de liberação de R\$ 64 milhões do Fehidro (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) para as 53 cidades mais afetadas pelas recentes chuvas – incluindo a região. Haverá também uma linha de crédito da Desenvolve SP focada especificamente para projetos de drenagem e a liberação de verba para serviços emergenciais



ENCHENTES. Planos buscam evitar alagamentos, frequentemente vistos em locais como a Av. Guido Alberti

por meio da Defesa Civil a partir de pedidos dos municípios. O Estatuto das Cidades, lei federal de 2001, estabelece que ações de drenagem urbana para prevenção e mitigação de impactos de desastres devem constar inclusive no Plano Diretor dos Municípios. As Prefeituras de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra informaram ao *Diário* que pretendem apresentar novos projetos a fim de acessar a verba. O Paço de Mauá disse que já tenta desde 2023 a liberação

de R\$ 1,5 milhão do fundo estadual para realizar a revisão do plano municipal de drenagem, produzido em 2019. Santo André afirmou que foi contemplada no segundo semestre de 2024 com R\$ 2 milhões do Fehidro, sendo R\$ 200 mil de contrapartida municipal, para atualização do seu plano de drenagem. Segundo o Paço, o instrumento deverá ser implementado em três meses e está em fase de elaboração do termo de referência e licitação.

MAPEAMENTO

A atualização dos planos de drenagem é essencial para mapear novos áreas de risco nos municípios, além de adaptar estratégias e soluções para os novos desafios hidrológicos, como o fenômeno de chuvas rápidas e intensas, que registram grande volume de água em pouco tempo. Em Santo André, por exemplo, o PDD (Plano de Drenagem Urbana) em vigor é de 1999 e está atrelado ao primeiro Plano Diretor de Macrodrenagem do Alto

Tietê – atualmente, o documento está na terceira edição. “Apesar da relevância deste PDD para a compreensão e análise dos problemas de drenagem do município, observase que muitas das diretrizes propostas naquela época não foram implantadas, o que demanda novos estudos, avaliação e alinhamento à visão atual do manejo das águas pluviais urbanas”, explicou a Prefeitura de Santo André. Assim como outras cidades do Estado, o Grande ABC registrou diversos pontos de alagamento, quedas de árvores e outras ocorrências em decorrência dos temporais registrados no mês de janeiro. As chuvas intensas do último fim de semana elevaram o alerta para risco de deslizamentos em Santo André, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

As inundações na região são problemas crônicos. Em 2019, o Grande ABC viveu a pior enchente da história, com dez pessoas mortas e 284 desabrigadas. Dados mais recentes do governo federal apontam que os sete municípios estão classificados para riscos ambientais, como deslizamentos de terra, enxurradas e inundações. Ainda segundo o levantamento, 288.248 moradores residem em áreas de perigo em cinco

municípios, com exceção de São Caetano e Ribeirão Pires.

PLANEJAMENTO URBANO

Mas por que os planos municipais de drenagem são importantes? A secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado, Natália Resende, explicou que os documentos são instrumentos de planejamento urbano cujo objetivo é gerenciar a água da chuva e prevenir riscos associados a eventos hidrológicos, como alagamentos e inundações.

Dados do Plano Estadual de Saneamento Básico mostram que dos 645 municípios de São Paulo apenas 130 (20%) possuem planos municipais específicos de drenagem. O estudo ainda mostra que 602 cidades (93,3%) possuem algum tipo de plano municipal, com quatro ou menos componentes do saneamento básico, enquanto 43 municípios não possuem nenhum tipo de instrumento sobre o assunto.

“É muito importante que todas as cidades contem com planos de drenagem, e atualizados aos desafios atuais, para que consigam enxergar a situação de forma planejada, estruturada, e promover as melhorias necessárias”, disse a secretária durante evento realizado na segunda-feira no Palácio dos Bandeirantes.

Conforme informou o governador estadual, nos dois anos de gestão de Tarcísio de Freitas foram investidos, via Fehidro (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), R\$ 80 milhões em projetos de drenagem na Região Metropolitana e na Baixada Santista – a Pasta não revelou o valor destinado especificamente aos municípios do Grande ABC.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 3